

TERRITÓRIOS INSULARES: SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS COTIDIANOS

INSULAR TERRITORIES: DAILY KNOWLEDGE AND ENVIRONMENTAL PRACTICES

Maria das Graças da Silva³⁸

Resumo

Trata o presente trabalho de um conjunto de práticas socioculturais que informam o cotidiano de uma comunidade insular, cuja existência de uma territorialidade ancestral se efetiva por meio de uma diversidade de saberes culturais locais. Visa ao conhecimento, à compreensão desses saberes que são construídos e/ou vivenciados no cotidiano de homens e mulheres na sua relação com a biodiversidade. Assume como pressuposto que a maioria das comunidades rurais-ribeirinhas, no contexto da Amazônia paraense, embora enfrente cotidianamente uma realidade marcada por condições adversas, constrói, na relação com a natureza, estratégias sociais que garantem sua reprodução material e simbólica. Orientou-se pela seguinte questão-contexto: Como se estabelece a relação entre os saberes culturais locais que dinamizam as práticas sociais cotidianas de uma territorialidade ancestral e os processos de apropriação e uso de recursos naturais e que efeitos têm para efetivação de perspectivas mais sustentáveis localmente e valorização da biodiversidade? Esta pesquisa abrange a Comunidade de Igarapé Grande, na Ilha de

João Pilatos, que integra a “região insular” do município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, estado do Pará. Utilizou-se procedimentos da pesquisa etnográfica, como a observação participante, entrevista semiestruturada e etnofotografia. Fundamenta-se teoricamente em fontes de estudo que tratam e refletem sobre as possibilidades de construção de novas epistemologias que deem conta dos saberes e práticas culturais locais. Os resultados dão conta de uma série de problemas socioambientais; da preocupação local com a manutenção de boas condições ambientais; de um vasto conhecimento de usos de plantas e ervas medicinais, dentre outros. Conclui-se que, pautados em saberes locais, os moradores desenvolvem práticas socioambientais que buscam dar sustentabilidade local e continuidade aos seus modos de vida e costumes.

Palavras-chave: Saberes culturais. Territorialidades ancestrais. Comunidade insular. Biodiversidade.

38 Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/2002), com Estágio de Pós-Doutoramento em Sociologia Ambiental (ICS/PT), professora do Centro de Ciências Sociais e Educação e do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Líder do Grupo de pesquisa em Educação e Meio Ambiente – GRUPEMA (CNPq). Coordenadora do Projeto. Email: magrass@gmail.com

Abstract

This paper deals with a set of socio-cultural practices which report the daily life of an insular community whose existence of an ancestral territoriality is accomplished by means of a diversity of local cultural knowledge. It aims at knowing and comprehending this knowledge built and/or experienced in the daily lives of men and women in their relationship to biodiversity. The premise is that the majority of the rural-riverine communities in the context of the *Paraense* Amazon, although facing daily the reality marked by adverse conditions, build, in their relation to the nature, social strategies which ensure their symbolic and material reproduction. This work was guided by the following question-context: How is established the relation between the local cultural knowledge that stimulates the daily social practices of an ancestral territoriality and the processes of appropriation and use of natural resources and what effects do they have to the execution of more sustainable perspectives and enhancement of biodiversity? This research encompasses the Community of Igarapé Grande, in the João Pilatos island, part of the “insular region” of Ananindeua, metropolitan region of Belém, Pará state. It was used procedures of ethnographic research, such as participant observation, semi-structured interviews and ethno-photography. It is theoretically based on sources of study which deal with and reflect on the possibilities of constructing new epistemologies regard to local knowledge and cultural practices. The results point to many social-environmental problems; local concern with keeping good environmental conditions; a vast knowledge regarding plants usage and medicinal herbs, among others. It is concluded that, grounded on local knowledge, residents develop socio-environmental practices that aim at giving local sustainability and continuity to their ways of life and customs.

Keywords: Cultural knowledge. Ancestral territoriality. Insular community. Biodiversity.

1 Introdução

A Amazônia consiste em um dos espaços de maior evidência do mundo atual e o grande responsável por isso é a valorização da questão ambiental nas últimas décadas, materializada nas várias conferências mundiais, no aumento do número e da expressão das organizações não governamentais dedicadas ao tema meio ambiente, da inserção dessa problemática nos planejamentos estatais e da repercussão dos problemas ambientais nas diferentes escalas planetária.

Nesse contexto, a região amazônica simboliza a questão ambiental no mundo, sendo alvo tanto de interpretações que supervalorizam a sua relevância na manutenção do equilíbrio planetário, quanto de abordagens coerentes que dão conta da sua relevância e preocupação universal. Segundo Becker (2004, p. 21)

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território. Em nível nacional, onde igualmente coexistem interesses diversos, o interesse e a percepção dominantes ainda atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacionais, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território. O que não significa a inexistência de interesses ambientalistas que coe-

xistem com os “desenvolvimentistas”. Para a sociedade regional, em particular, e parte da brasileira, a fronteira é o espaço de projeção para o futuro.

Nesse sentido, afirma-se a necessidade de a sociedade local conduzir o processo de construção do seu espaço, pois interesses de agentes externos, em escala nacional e internacional, focados na expansão econômica ou na defesa da conservação da natureza, em muito se chocam ou desconsideram as especificidades, características e necessidades das comunidades locais presentes na Amazônia.

Na visão de Souza (2002), o desencadeamento e a promoção do processo de desenvolvimento, por ele denominado de “desenvolvimento sócio-espacial”, exige uma participação ativa dos seus interessados, ou seja, a sua concretização somente é possível se for conduzida pela população que necessita constituir-lo. Esse princípio, o da autonomia, parâmetro principal do conceito, pode ser expresso como a capacidade de cada indivíduo e de cada coletividade de estabelecer metas para si próprio com lucidez, perseguí-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e informações de que dispõe.

Nessa perspectiva, o texto tem como base um estudo realizado na Comunidade Igarapé Grande, na Ilha João Pilatos, no município de Ananindeua, no estado do Pará; analisa práticas socioambientais que, instituídas ou reveladas por memórias, conformam e mediam relações e processos em diferentes contextos locais da comunidade, e que se anunciam como fundamentais ao estabelecimento de um caráter duradouro de suas práticas culturais, e até mesmo do desenvolvimento que se quer.

A Ilha João Pilatos é uma das nove ilhas que integram o importante mapa da área in-

sular do município de Ananindeua. As demais são Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa.

O desenvolvimento desse estudo se revelou como essencial para conhecimento, análise e interpretação das relações e usos que a comunidade local estabelece e faz com/do rico e frágil ecossistema presente nessas áreas, especialmente pelo acesso que passou a ocorrer com o processo de ocupação espacial pelas proximidades do grande centro urbano, já que o município de Ananindeua integra a Região Metropolitana de Belém - RGB. O próprio surgimento da comunidade Nova Esperança resultou dessa expansão urbana, seus primeiros moradores vieram da área urbana de Ananindeua (DINIZ, 2012).

Nesse sentido, o conhecimento dos princípios, das técnicas e procedimentos que orientam essa relação e uso, se torna indispensável ao desvelamento do objeto deste estudo, para que dessa forma seja possível interpretar como as práticas e processos que decorrem dessa relação e uso contribuem para a materialização espacial de um modo de vida que aponte para consonâncias e perspectivas de construção de uma identidade sustentada no pertencimento e defesa do costume do lugar.

A ideia de costume apoia-se em Sider (1986 apud THOMPSON, 2008, p.22), a quem Thompson (2008, p.22) recorre para chamar a atenção sobre as duas dimensões que considera mais relevantes da cultura popular nos dias atuais, que são as “necessidades” e “expectativas”. Sider, ao estudar “vilas de pescadores”, considerou que “os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem reexpressem”.

Dessa forma, é tarefa fundamental analisar a relação entre “necessidades locais”,

“satisfações culturais” e a busca de alternativas de geração de renda que a comunidade local empreende, e que impactos podem ser revelados aos ecossistemas naturais e/ou a busca de superação de práticas tradicionais que ainda são utilizadas em muitos contextos amazônicos, como a agricultura itinerante e a extração madeireira, que têm repercussões predatórias.

Na perspectiva de identificar o desenvolvimento de práticas socioeducativas ambientais que pudessem ser traduzidas como espaços educativos não escolares, cujos saberes pudessem revelar possibilidades de contribuição socioculturais e ambientais mais sustentáveis localmente, buscou-se, com o desenvolvimento da pesquisa, construir um processo de aproximação e diálogo entre universidade e comunidade local. Uma das iniciativas nesse sentido foi a realização de um estudo diagnóstico, como exercício de uma pesquisa exploratória. Essa atividade visava examinar as formas de relação e usos que a comunidade local constrói com a natureza e seus recursos, mas também dar conta do modo de vida e costumes das comunidades participantes.

A região insular do município de Ananindeua se configura como uma diversidade socioespacial que orienta um conjunto de experiências diferenciadas de relações com a natureza, que estão associadas a conhecimentos, formas de relações e usos dos seus moradores sobre o complexo ecossistema em que moram. Esse ecossistema é dotado de grande potencial para o desenvolvimento de diversas práticas socioeducativas ambientais, de diferentes imaginários e discursividades locais, reflexo de sua diversidade ambiental e cultural no contexto da Amazônia brasileira.

A proximidade das ilhas com o centro urbano metropolitano de Belém, que se configura como um espaço dotado das infraes-

truturas, da fluidez e das conexões com o restante do país e do mundo, característico do “meio técnico-científico-informacional”, na linguagem de Santos (1999), foi uma das motivações quanto à opção pelo espaço dessa região para a realização da pesquisa.

Outra motivação foi o reconhecimento do potencial local como importante difusor dos saberes e práticas culturais locais, que se configura em vetor educativo devido à histórica relação dessas comunidades com a natureza e seus respectivos recursos.

Orientando-se por essas motivações, com a realização da pesquisa, buscou-se consolidar um processo de interação universidade-comunidades locais das ilhas, que tem sido construído por meio de algumas atividades de pesquisa³⁹, com a participação de integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA), e que já resultou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso, de uma monografia de especialização e de uma dissertação de mestrado. Por meio desse processo de aproximação, tem-se buscado contribuir para a inserção de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação para vivenciar espaços de participação e aprendizagem, para além dos muros da Universidade.

Nessa perspectiva, o projeto definiu como objetivo geral analisar saberes e práticas que

39 Relatório do Projeto de Extensão: Educação ambiental para sustentabilidade local: práticas sociais com a comunidade Nova Esperança. Edital N. 056/2009: Projetos de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação (Universal) – Universidade do Estado do Pará (UEPA)/FADESPA. Belém: UEPA, 2014. DINIZ, Francisco Perpetuo S. Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local. 2012. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade do Estado do Pará. Orientador: Maria das Graças da Silva.

SILVA, Luciane Teixeira da. Interface (s) entre Tecnologia e Espaço Escolar no Universo Ribeirinho Amazônica. 2012. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado do Pará. Orientador: Maria das Graças da Silva.

orientam o cotidiano na Comunidade Ilha Grande, localizada na Ilha João Pilatos em Ananindeua, examinando de que forma essas práticas contribuem para a promoção do desenvolvimento local com a conservação dos ecossistemas, a partir da compreensão e aplicação de preceitos da educação ambiental e do mapeamento dos saberes locais.

Buscou-se especificamente trocar com a comunidade conhecimentos relativos às características e práticas da educação ambiental na perspectiva de estimular a participação coletiva na discussão dos assuntos de interesse local como, por exemplo, a definição de estratégias de experiências educativas no campo socioambiental por meio do aproveitamento alternativo de recursos da natureza, visando ao fortalecimento de suas formas de elaboração como sujeitos sociais individuais e coletivos, e contribuir de forma efetiva para a diminuição do nível de degradação ambiental ainda presente na Ilha João Pilatos.

Dessa forma, focando nas especificidades socioambientais, buscou-se dar maior visibilidade àquela Ilha, ainda em grande parte desconhecida não só pela comunidade acadêmica, com também pela população da grande RMB.

2 Comunidade Ilha Grande: território insular de lugares e paisagens

A comunidade de Igarapé Grande, lócus da realização da pesquisa, está situada na ilha de João Pilatos, que integra o caminho e movimento das águas da região insular do município de Ananindeua região metropolitana de Belém, que associada com mais oito ilhas organizadas em comunidades formam esta região. As principais ilhas são: João Pilatos, Santa Rosa, Ilha de Sororoca, São Pedro. As comunidades mais importantes são: João

Pilatos, Nova Esperança e Igarapé Grande. Essas três ilhas ganham destaque pelos números de moradores e tempo de ocupação.

Segundo levantamentos históricos feitos por Diniz (2012), o povoamento dessa área começou em meados do século XIX, no período da Guerra da Cabanagem. A data de fundação da ilha conta do ano de 1817, por um ferreiro chamado José da Silva Luz que comprou uma propriedade na ilha de São José atual ilha de João Pilatos. Em 1989 um japonês ao comprar uma propriedade na comunidade de João Pilatos registrou o nome da ilha na União com o mesmo nome da comunidade.

No século XVIII, foi implantado um engenho para a produção de cachaça e açúcar por alemães que utilizavam a ilha de São Pedro para cultivar cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2006 e 2008). Os empregados desse engenho começaram a ocupar as ilhas próximas da região trazendo suas famílias e fundando as primeiras comunidades. Essas informações sobre a história das ilhas foram obtidas por meio da história oral com os moradores mais antigos da região e ainda a partir de levantamentos feitos pela prefeitura de Ananindeua e Belém e em pesquisas realizadas na região (DINIZ, 2012).

A Ilha de João Pilatos é formada pelas comunidades Cajueiro, Igarapé Grande, Nova Esperança e João Pilatos. Está localizada na região insular de Ananindeua, no extremo norte do município e possui cerca de 900 moradores. É cercada pelo rio Maguari e contém inúmeros igarapés, que, junto com os cursos d'água que nascem nos municípios de Benevides, Marituba e Ananindeua, deságuam na baía de Santo Antônio e Guajará e formam a Bacia de João Pilatos. Ao norte, tem como limites as ilhas de Mosqueiro e São Pedro; ao leste, limita-se com as ilhas de Santa Rosa, Sororoca e Sassuenema; ao sul, com a ilha de Guajarina; e a oeste, com

as ilhas de Caratateua, Viçosa e a área continental de Ananindeua.

Do ponto de vista fisiográfico, a comunidade de Ilha Grande está assentada em um terreno que apresenta inclinações, que tem formações florestais equatoriais de terra firme, várzea e igapó, também possui flora e fauna representativas da região amazônica. De acordo com informações e observações locais, grande parte da Ilha é composta de áreas preservadas.

Formada por terrenos de várzea e de terra firme, ocupados pelas unidades familiares locais, nos quais encontram ou produzem os meios para sua reprodução biológica e socio-cultural.

Situada a aproximadamente uma hora e meia da cidade de Belém, por via rodo-fluvial, a comunidade Igarapé Grande, em que pese seu potencial de paisagens e diversidade de recursos naturais, ainda é muito pouco conhecida, principalmente em função da dificuldade de acesso. O percurso físico para quem sai de Belém é feito, em geral, pela BR 316, seguindo a avenida Cláudio Saunders, até o Maguari, estrada do Curuçambá, em direção à rua da Olaria, onde está localizado o porto do Surdo, do qual partem os transportes fluviais em direção às Ilhas.

O porto do Surdo está localizado a aproximadamente 500 metros do final das linhas de ônibus Curuçambá Iguatemi e Curuçambá Ver-o-Peso, ou seja, na área periférica do município de Ananindeua.

Partindo do porto do Surdo, segue-se pelo Igarapé Curuçambá que sai no rio Maguary e entra pelo furo dos Bragas, até chegar ao Igarapé de João Pilatos, cuja duração do percurso de barco varia de 70 minutos a 90 minutos.

Os moradores das ilhas não contam com um serviço de transporte regular na região. Os deslocamentos entre os lugares, em ge-

ral, são feitos em barcos próprios, de pequeno porte ou em embarcações fretadas, cujos valores dos fretes variam de acordo com a distância.

Na comunidade, residem cerca de 78 famílias ribeirinhas, que estão organizadas na Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos (AMP-PRJP), cujo presidente chama-se Lindomar de Souza e Souza. Na Ilha, inexitem serviços referentes a esgoto (a drenagem segue para os rios), coleta de lixo (os resíduos são queimados, enterrados ou depositados em área específica), assistência médica hospitalar (não possui infraestrutura para postos de saúde e farmácia, nem medicamentos em caso de emergência), água (o abastecimento da comunidade é feito por água pluvial, poços abertos e artesianos), segurança (não há postos de polícia nem bombeiros, há apenas o Serviço de Polícia Marítima do Estado, que age por meio de denúncias para a base da Polícia Fluvial) e comércio (os alimentos industrializados são comprados e transportados de barcos, da cidade de Ananindeua ou de Belém para a Ilha).

A instalação de energia elétrica na Ilha é recente, data de 2010, mas ainda precisa, de acordo com os moradores locais, de ajustes e adequações às suas realidades, assim como os meios de comunicação, pois a maioria da região não possui acesso à *internet*, rádio e telefone fixo, porém, dependendo do local, pode haver serviço de telefonia móvel com cobertura da Oi, Tim e Vivo. E vale ressaltar que, com a exceção de uma motocicleta, inexitem outros veículos automotores.

A Ilha de João Pilatos, especificadamente na comunidade de Igarapé Grande, não apresenta grandes impactos ambientais com relação à cobertura vegetal, com exceção do lixo, cuja eliminação ainda é inadequada, e a extração de madeira.

2.1 A organização do lugar

Neste texto, a ideia de lugar está associada tanto à sua dimensão físico-geográfica, como aos seus aspectos socioculturais. Dessa forma, considera-se a comunidade de Ilha Grande como “um lugar [que] é organizado por uma série de procedimentos denominado de estratégias” (CERTEAU, 1994). De acordo com Diniz (2012), os lugares são criados a partir de laços afetivos e amorosos que são estabelecidos com os espaços físicos, e configuram-se como ponto de construção de subjetividades. Portanto, o lugar decorre de relações sociais e sentimentais fundadas com os ambientes.

Qualquer lugar vivido e imaginado “possui um vasto manancial simbólico [...] com os seus espaços de culto, os seus altares e, inversamente, os seus interditos” (LOPES, 2002, p. 181). A percepção e o uso local ou externo dos mananciais, materiais e simbólicos, e de seus potenciais socioculturais, ambientais, linguísticos, passam necessariamente por processos de identificação e visibilização de algumas das suas características e de esquecimento ou desvalorização de outras. Processos que guardam relação com a história do lugar, embora nem sempre usados para a construção mais ampla de um imaginário atrativo de pertencimento.

Do ponto de vista físico-territorial, uma das estratégias socioespaciais que os moradores utilizaram para a organização da comunidade de Ilha Grande foi tomar o rio/porto, a escola e, principalmente, o campo de futebol como referências demarcatórias. As primeiras casas e a pequena igreja foram construídas em volta do campo, de frente para o rio, sem ordenamento linear rígido.

O campo de futebol, ou o arraial, como alguns se referiram, configura-se como um traçado que assume o significado de espaço de sociabilidade, de lugar do encontro porque, além da prática do futebol, é nele que

são realizadas as festas e/ou comemorações religiosas em homenagem aos santos padroeiros ou de sentido cívico.

Como espaço de sociabilidade, são realizadas algumas festividades como o Carnaval, o Círio da Ilha que ocorre no mês de dezembro, o Festival do Açaí, realizado no mês de novembro e o do Camarão. A hospitalidade e a simplicidade de seus moradores são alguns atrativos que a ilha oferece.

No entorno imediato desse espaço, foram construídas a Igreja e a Escola de Ensino Fundamental. É nele que funciona a única taberna que atende à comunidade local e aos visitantes da Ilha. Em geral, é nessa taberna que são contratadas as refeições para equipes de trabalho ou turistas.

A escola local, além das práticas da educação formal, é um espaço de referência valorizado pela comunidade. Assume a importante função de (inter)mediar as relações sociais e a socialização das informações.

Com aspecto bem conservado, o prédio da escola funciona como um cartão de visita para quem chega à ilha, porque sua área externa estabelece uma comunicação direta com o trapiche de madeira que vem do rio. Com uma grama rústica bem “tratada”, revela cuidados com a manutenção e conservação. No pátio que circunda o prédio, há lixeiras rústicas construídas com cipós coletados na natureza e fabricadas na própria escola. Não foi verificado nenhum tipo de ação depredadora da escola, como, por exemplo, pixação, mobiliários quebrados etc.

A escola possui um quadro com mais de 30 funcionários, 14 deles são moradores da ilha de Igarapé Grande ou de ilhas próximas. Os demais moram em outros lugares, incluindo Belém.

As casas, em geral, são de alvenaria, e contrariam, de certa forma, o padrão arquitetônico que conforma o modelo de moradias

nas áreas ribeirinhas e/ou de várzeas. Pelo fato de a comunidade estar assentada numa área de terra firme, com altura um pouco acima do nível do rio, o tipo palafita, muito usado na Amazônia, construído de forma suspensa, como alternativa às intempéries da sazonalidade das águas, não é utilizado na comunidade, que tem um número reduzido de casas de madeira, de estilo convencional.

As casas, embora apresentem variações, o padrão de arquitetura aproxima-se do modelo de residências urbanas. Os cômodos são diferenciados, de acordo com a sua funcionalidade: sala, quarto, cozinha. O banheiro nem sempre é privativo.

Em algumas casas, foi possível observar que o trabalho doméstico da família nem sempre é feito internamente, assim como a guarda de apetrechos de pesca e da prática da agricultura. Em vários quintais, foi possível observar a existência de pequenas oficinas ou jiraus, onde realizam suas práticas de trabalho.

Assim, a organização socioespacial das casas e seus quintais conforma uma relação direta e imbricada entre o rio e a mata.

3 Saberes sobre a biodiversidade e uso de recursos

A Ilha Grande, cuja cultura dos seus moradores, com características específicas, guarda relação com a dinâmica do movimento das águas e acesso aos recursos da mata, está situada na parte insular do município de Ananindeua, na área estuarina do rio Maguari. É um rio que organiza diferentes territórios ao longo de suas margens e se constitui como uma via importante para a circulação de mercadorias e dos moradores ilhéus e/ou ribeirinhos.

Trata-se de um ambiente rico em biodiversidade, com a qual os moradores da Ilha construíram uma singular identidade, por

meio de suas relações com a floresta e com as águas, usufruindo historicamente de recursos territorializados ou de uso comum, por meio das quais têm construído diversos conhecimentos e saberes, dentre eles, os ambientais, próprios de seu convívio cotidiano.

Neste texto, a ideia de diversidade biológica ou biodiversidade está referida no Art. 2 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), um tratado da Organização das Nações Unidas, que define como

“a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, incluindo, *inter alia*, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Inclui a diversidade interna às espécies, entre espécies e de ecossistemas”(MMA, 2000).

Esses saberes sobre os ecossistemas em que vivem e suas diversas formas de uso integram uma diversidade epistemológica de conhecimentos, que, embora não contribuam diretamente para o desenvolvimento tecnológico que sustenta a lógica do capital, circunscrevem sua relevância para o desenvolvimento de práticas sociais na escala local. Trata-se de

“formas de conhecimento que privilegiam a busca do bem [comum] e da felicidade ou a continuidade entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura, entre homens e mulheres e entre seres humanos e todas as outras criaturas”(SANTOS, 2004, p. 19).

Saberes que se configuram como uma modalidade de educação para o ambiente sem livros, sem professores e distanciados dos conteúdos dos currículos institucionais, mas que são construídos cotidianamente por meio de uma diversidade de elos que infor-

mam práticas de aprendizagem e processos cognitivos, voltados para a inteligibilidade do mundo da vida, e funcionam como paradigmas na (re)invenção cotidiana.

Por meio desses processos cognitivos ou práticas de aprendizagem, como bem observado e refletido por Brandão (1985, p.20), esses moradores

“formam e consagram os seus próprios mestres, e reproduzem, com os instrumentos e artifícios de sua própria educação, a sua sabedoria”, que ajuda na realização de suas práticas de trabalho e de construção de suas referências de pertencimento territorial.

Os saberes sobre seus ambientais como dimensão epistemológica, por inserir-se numa perspectiva ampla, convergem para outras formas saberes, inscrevem e revelam uma diversidade cultural inscrita nas formas de relação, apropriação e uso que os sujeitos locais estabelecem com a natureza. Portanto, focam o saber na sua dimensão ambiental, de acordo com os diferentes modos e esquemas de significações e de vozes locais, que, na sua relação com a natureza, os sujeitos individuais e/ou coletivos constroem.

Embora os discursos produzidos por essas vozes sobre a diversidade biológica, com a qual estabelecem relações cotidianas, não integrem os registros oficiais, são alternativos à tecnociência, muitos deles ecoando em redes, conforme indicam alguns autores.

Os discursos alternativos produzidos por actores subalternos são els próprios parte dessa rede, dentro da qual circulam com grande visibilidade e impacto. O discurso sobre a biodiversidade é, de facto, um conjunto de discursos onde se cruzam diferentes conhecimentos, culturas e estratégias políticas. (SANTOS, 2004, p.51)

Nos seus processos de produção e reprodução material e simbólica, os sujeitos locais recorrem cotidianamente aos recursos naturais provenientes dos rios e das matas. Trata-se de recursos que se constituem como fonte importante de alimentos, seja por meio da variedade de peixes (bacú, piracema, pescada, dentre outros), das frutas típicas (jaca, açaí, bacuri, cupuaçu); e de “materia prima” para a produção de artefatos ou produtos vegetais, como os cipós de guarachama, a samambaia e a argila que podem ser aproveitados para produzir artesanato.

Dessa forma, a terra, os rios, as matas são grandes fatores de ordem natural a partir dos quais se estruturam os diferentes territórios que conformam as espacialidades locais.

Quanto à relação ser humano e ambientes pode-se verificar o respeito à biodiversidade, aos ecossistemas a que estão associados. Constatou-se que, como em toda a Amazônia brasileira, a comunidade participante deste estudo estabelece uma diversidade de formas de contato e relação com os recursos advindos do solo, dos rios e das matas. Compreendem que esses recursos tornam-se condições necessárias e indispensáveis à sua própria sobrevivência.

Durante as entrevistas, perguntou-se para alguns moradores qual era o significado da mata, do rio, a importância dos saberes que eles têm sobre o uso dos seus recursos.

A importância pra mim é na realidade a coisa mais linda né, principalmente porque eu vim da cidade há dois anos atrás, o meu pai faleceu nessa área aqui, que pertencia ao meu pai e minha mãe eu moro bem ai, ai o meu pai liberou, me deu antes de falecer né, uma parte lá atrás ai veio o governo federal é assim nos deu uma parte, um título de posse na realidade a gente espera como posseiros ilegais né, agora todo mundo é legalizado né pelo, pelo... E pra mim,

pela natureza pela área que estou hoje, do barulho né, na realidade pra mim é outra realidade.

Essa narrativa indica que, em geral, eles reconheceram que esses legados da natureza fazem parte e revelam muito da história do lugar, e que têm uma papel solidificador de suas vidas.

A comunidade dispõe de bastante material vegetal para fabricação de carvão, farinha e argila para a produção de telhas. Nas áreas próximas aos rios, é marcante a vegetação de várzea, com suas espécies típicas, como a virola, a andiroba, o açaí e o miriti. A associação de produtos que se complementam sazonalmente diversifica e garante, ao longo do ano, a reprodução material da comunidade.

Conforme (SILVA, TAVARES, 2006), a compreensão das formas como esse tipo de comunidade estrutura suas práticas sociais, estabelece relações com os recursos naturais e organiza-se socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saber constituído e saberes práticos e identificar outras possibilidades de relação sociedade e natureza a partir da contextualização da cultura local, que perfaz o ambiente vivido por essas pessoas.

4 Práticas socioculturais cotidianas

A descrição dos fatos observados ou narrados sobre o cotidiano da comunidade revela que as interpretações que fazem de suas experiências indicam que é por meio de seus conhecimentos e da relação que estabelecem com a natureza que dinamiza seus modos de vida.

De acordo com Guarim (2000, p.2-3):

O modo de vida desses grupos humanos - chamados também de Povos

das Águas, está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece o ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça.

Articulados à formação humana, à diversidade sociocultural e aos elementos naturais, como os recursos extraídos do meio físico, destinados à produção e comercialização de produtos necessários à sua subsistência, encontram-se igualmente outros e tão importantes elementos essenciais à lógica de reprodução e sobrevivência (sustentabilidade local) dessas comunidades, como são suas práticas socioeducativas.

Considera-se que as práticas socioeducativas, ao mesmo tempo que informam os modos de vida, revelam interações e relações que dão conta de “práticas socialmente organizadas, materiais, instrumentos, maneiras de fazer, competências, de modo a criar algo que não existe antes” (SANTOS, 2004, p.36). Do que decorre que o conhecimento sobre a natureza é socialmente construído, que os saberes do cotidiano estão imbricados num movimento que estimula, cria e recria a prática sociocultural desse grupo de pessoas, que guardam aproximações de identidade territorial.

Partindo dessa acepção, para se conhecer seus substratos, ou seja, como essas práticas encontram-se territorializadas pelas comunidades ribeirinhas da comunidade Ilha Grande e quais suas influências no desenvolvimento local, que, por sua vez, se constitui a problemática central da pesquisa, buscou-se identificar suas práticas e as formas de dinamização.

O pressuposto é o de que na vivência do cotidiano, enquanto um dos espaços do fazer social de longa data, na convivência e rela-

ções que homens e mulheres estabelecem entre si e com o mundo natural, os acontecimentos conformam um conjunto de saberes e práticas, instituído historicamente e ordenado culturalmente, de diferentes modos, de acordo com os sistemas de significações que lhes são atribuídos, e que dão conta de determinadas singularidades cultural e estrutural da sociedade contexto.

Um desses saberes práticos configura-se no que se denomina neste trabalho de saberes ambientais locais, construídos historicamente no contexto da relação direta que esses homens e mulheres estabelecem com a natureza, atribuindo-lhes sentidos, que conformam memórias e experiências, as quais servem de substrato para o desenvolvimento de ações criativas e de construção de seus projetos, conformam suas culturas. Dessa forma, reproduzem-se socialmente por meio de um fazer peculiar de apropriação e uso da natureza.

Assim, práticas socioeducativas são desenvolvidas pelas unidades familiares pautadas quase sempre na relação direta com a natureza, cujos recursos têm garantido a reprodução social e cultural dos sistemas locais. A partir dos saberes e dos conhecimentos sobre os elementos espaciais como os encontrados no solo, no rio, nas matas, os moradores criam e recriam suas condições de existência e reprodução.

De acordo com as informações dos moradores, o açai é um dos produtos extrativos mais emblemático em nível local, tem protagonizado uma papel estruturante na história do lugar e na configuração da diversidade territorial.

Outra atividade importante realizada pelos moradores é a pesca, praticada de forma artesanal, com utilização de tarrafas, um apetrecho de pesca, na maioria, feita pelos próprios moradores e de matapis, artefato feito de cipós e utilizado na pescaria de camarões

e crustáceos. Voltada para o consumo familiar, o excedente das pescarias é destinado à comercialização, que é feita em pequena escala. As principais espécies pescadas são: pescada branca, filhote, bacú, piracema, e o camarão regional. A pesca é praticada tanto nos períodos de chuvas intensas quanto nos períodos menos chuvosos.

Em relação à prática dessa atividade, informações locais dão conta de que a sua prática tem enfrentado dificuldade em razão da diminuição do estoque pesqueiro, ou seja, devido a escassez de peixes. Questionado sobre essa dificuldade relatada pelos moradores, seu Osmarino, uma liderança local, identificou alguns fatores que estão, de acordo com a sua percepção, associados à racionalidade do processo de captura e uso dos rios:

Na realidade é o aumento da população. Eu penso assim né, e também do consumismo, muitas pessoas vem tirar de longe de seus barcos e rabetas. Também o barulho de motores que espanta os cardumes de peixe natural. São muitos barcos grande, aquelas iates que passam ali, que vem movimentando as águas. Eu sei que isso é bom pra nós, o pessoal chega por aqui, mas isso espanta os peixes dos rios, principalmente aqui, entendeu?! O peixe não tá muito bom não. (OSMARINO, entrevista, 2013)

Esse movimento de barcos e até de pequeno iates, a que se referiu seu Osmarino, se dá principalmente nos finais de semana pelo rio Maguari, cujas águas conformam-se como um espaço de passagem e também de encontro. É comum nesse período identificar-se a atracação de embarcações de diferentes portes em alguns trechos do rio, que oferecem infraestrutura de lazer aos visitantes. Trata-se de uma das formas de uso do rio e de suas águas.

Uma outra liderança entrevistada também reconheceu que, ao longo dos anos, com o aumento do número de moradores, o desenvolvimento de algumas atividades foi comprometido, a pesca predatória afastou os peixes dos rios, a fabricação de carvão foi impedida, pois estava causando desmatamento da área, e a coleta de frutos também foi prejudicada.

Esse processo de degradação ambiental afetou o modo de vida dos moradores, pois as suas fontes de alimento e renda se esgotaram e muitos tiveram que procurar outras fontes. Percebeu-se essa realidade na fala de um dos moradores da comunidade de Igarapé Grande e funcionário da escola.

Antes a gente tinha peixe pra pescar, podia fazer carvão, hoje nem tem peixe mais, e a gente não pode fazer mais nada, porque não pode caçar, não pode pescar, não pode fazer carvão, a gente vai roubar? vamo viver do que? (SR. CABEÇA, 2013, entrevista).

Para além do lazer, em razão da falta de um sistema de saneamento, a água configura-se como um dos elementos naturais de maior importância para a comunidade local e também das circunvizinhanças. Como um dos recursos que conformam a paisagem, tem um papel estruturante nos modos de vida próprios dos ilhéus.

Uma outra prática que estrutura a história e os modos de vida da comunidade Igarapé Grande é a agricultura familiar de subsistência. O trabalho na roça ainda faz parte do cotidiano de algumas unidades familiares de Igarapé Grande, mais precisamente para as dez famílias que fazem parte da comunidade “de cima”. “Mais em cima tem mais dez casas a mais, a área deles pra lá eles trabalham com a roça, eles fazem a farinha num forno lá. Eu acho que é o seu Bené, aonde tá a fa-

mília do seu Bené”, seu Osmarindo (entrevista, 2013), referindo-se a outra liderança que estava presente no grupo que fora entrevistado.

Naquela parte da comunidade onde se estava fazendo o trabalho de campo, existe uma prática de horticultura, que é desenvolvida pela família de seu Osmarino, cujas informações dão conta de que se trata de uma prática pautada na cultura orgânica.

Nós estamos usando adubo mesmo orgânico. Na realidade eu e minha esposa né?, a gente prepara do próprio mato né? A gente deixa ele (capim) passar uns trinta dias pra morrer. Nós mesmo faz a limpeza e acumula aquele imenso de matos né?, misturado com areia na área de capinação, a gente deixa ele morrer, e o orgânico muito mais. Também de vez em quando eu pego também adubos como é que chamam? Ah! esterco de gado né? que tem um senhor que cria umas cinco cabeças de gado aqui do outro lado, acho que vocês passaram próximo, e ai eu pego dele, vou lá e compro dele umas sacas disso e uso. (OSMARINO, Entrevista, 2013)

Na manutenção da horta, a mulher de seu Osmarino quase sempre está no comando de tarefas mais leves, como a plantação das hortaliças. Nos espaços, foi possível observar a plantação de produtos como couve, caruru, tomate, cebolinha, chicória, alfavaca, pimentinha, coentro, jerimum, macaxeira, feijão verde.

O trabalho realizado é todo manual, com apoio de algumas ferramentas como o facão, terçado, enxada, carrinho de mão. De acordo com seu Osmarino, o período do plantio varia com o tipo da hortaliça.

Trata-se de uma produção voltada para o consumo familiar e como agrado para algum vizinho ou parente. Ainda assim, foi

demonstrado muito entusiasmo em relação à experiência, que envolve o trabalho familiar, contribuindo para a sua sobrevivência material.

Outra prática que estrutura o modo de vida local é a do extrativismo de recursos dos rios e das matas. Trata-se de uma prática cultural que tem garantido secularmente a reprodução do modo de vida de uma diversidade de grupos sociais na Amazônia brasileira. De acordo com seu Osmarino (Entrevista, 2013), “o extrativismo [...] na realidade é uma das partes importantes aqui é o extrativismo”.

As narrativas locais dão conta de que ainda tem-se a prática da coleta de produtos que são nativos dos rios e/ou das matas. Por meio dessa prática, os moradores coletam o açaí, o cupuaçu, o bacuri, de natureza sazonal e nativa.

Aqui nós temos, por exemplo, está terminando, é o açaí né? Que tá entrando na entressafra. Então a partir de agora, de janeiro em diante já vem o cupuaçu, aonde é colhido né? do cupuaçu tira a polpa [...] Inclusive a polpa do cupuaçu, assim também como o bacuri (OSMARINO, Entrevista, 2013).

A coleta extrativista assume caráter sazonal, de acordo com os períodos de safra dos produtos, o que revela os saberes práticos de que são portadoras essas comunidades ditas tradicionais, por meio dos quais constroem suas relações com a natureza.

Os produtos nativos conformam um cenário de cheiros e sabores na paisagem do lugar. O marrom das águas barrentas contrasta com o verde das matas, que é matizado pelos traços coloridos das pequenas embarcações que passam pelo igarapé e das casas e escola na terra firme. O cheiro no ar varia de acordo com a época do ano. O cheiro exótico do cupuaçu ou o adocicado do bacuri marca o

denominado período invernososo da região (dezembro a abril, aproximadamente).

No verão, quando maior for a sua culminância, mais acinzentados ficam os frutos do açaí, cuja entressafra começa aproximadamente em novembro, dezembro. A produção do açaí tem aumentado com a prática do manejo, o que ainda não ocorre na comunidade.

A pupunha que é plantada apresenta uma variedade de tipos, avisou seu Osmarino (Entrevista, 2013): “a pupunha... Nós temos vários tipos”.

Quando questionados onde eles escoavam a produção local, os moradores relataram as dificuldades que encontram para fazerem circular o pequeno excedente da produção da comunidade. Além da dificuldade dos deslocamentos até os lugares de maior circulação de pessoas, não possuem qualquer forma de organização no sentido de que pudessem promover a venda de forma coletiva do que produzem localmente. No depoimento de seu Osmarino (Entrevista, 2013), é possível identificar essa dificuldade: “nós não temos aonde colocar, porque o consumo ele ainda é pouco. Quando se colhi, prepara-se e quer se vender, entendeu? Pra um outro né?”

A criação de pequenos animais, pato, galinha é outra prática cultural local:

temos algumas casas que tem criadores de galinhas, de pato, inclusive, temos um pouco ali na frente, a dona Oscarina tá, que tem criação de galinha, entendeu? Que a senhora poderia até visitar, mas não sei se no dia de hoje né, mas a senhora daqui antes do almoço eu posso levar a senhora lá (OSMARINO, Entrevista, 2013).

Além de d. Oscarina, que mora na comunidade, foi informado que existe uma localidade denominada de Cabiceira, onde existem pessoas que criam animais, conforme indica a fala de seu Osmarino (entrevista,

2013): “além dessa parte aqui, temos uma localidade bem aqui próxima, que chamam de Cabicera que tem criadores também, né?”.

Da mesma forma que encontram dificuldade para o escoamento do pequeno excedente da produção agroextrativista, também ocorre com os pequenos animais que criam. A venda dos animais, na maioria dos casos, depende da realização de festividades na comunidade, ou quando algum comprador avulso passa por Igarapé Grande, conforme se pode identificar na fala do seu Osmarino (entrevista, 2013) quando perguntado sobre essa questão:

Na realidade, por exemplo, agora no círio, eles criam esses animais somente em casos de eventos como a festa do pequeno agricultor, né que foi em setembro, aí eles planejam né, e criam certo?! E na festa fazem o movimento, que eles vendem tanto entendeu, como exemplo, fazendo a alimentação.

4.1 Semeando outras práticas, colhendo outros saberes.

As plantas, a partir do conhecimento de suas propriedades, passaram a ser utilizadas mais seletivamente com finalidades curativas e também aromáticas, míticas. O aproveitamento das plantas decorre de um conhecimento empírico que as populações locais, em geral, são portadoras em relação a esse tipo de recursos naturais. Esses saberes foram forjados por meio da procura de soluções alimentares e/ou medicinais. Trata-se de um saber-fazer relacionado com a colheita, conservação e utilização das plantas silvestres.

O cuidado com a alimentação se manifesta na preferência pelo consumo de carnes obtidas pela pesca, como camarão, criação, como frango, pato e frutas locais, como açaí, bacuri, cupuaçu, mamão e melancia, por se tratarem de alimentos não congelados nem industrializados.

O respeito pelo meio ambiente é demonstrado pelo cuidado com a limpeza dos quintais e das trilhas da comunidade, não havendo acúmulo de lixo ou entulhos. A manutenção de árvores e plantas nativas e a retirada não predatória dos recursos naturais traduzem o respeito pela natureza que também é tida como fonte para fabricação dos mais variados remédios.

Considerando as dificuldades de acesso às Unidades de Saúde, os moradores recorrem ao uso de plantas e de ervas medicinais para solucionar a maioria dos problemas de práticas em saúde. Ao cultivo das plantas e ervas medicinais estão associadas outras práticas voltadas para a saúde, inscritas na preparação de remédios caseiros, como o preparo de banhos, xaropes, emplastros, chás com as mais diferentes indicações.

Existem moradores que também exercem a função benzedeiros, como é o caso do senhor Raimundo, que foi indicado por algumas lideranças, mas que também se autoidentificou como curandeiro e benzedeiro. Ele mora na Comunidade e disse tratar-se de uma pessoa portadora de poderes espirituais especiais, uma liderança que trata das pessoas.

Quando perguntamos para o seu Raimundo (Entrevista, 2013) se, além da ‘benzeção’, ele tinha outras práticas de curas e com quem tinha aprendido a fazer, ele respondeu: “benzo e costuro a junta, rasgadura, puxo desmentidora”, e que seu dom era “de natureza, de nascença”. É muito procurado pela comunidade diariamente.

Quando perguntado que tipos de ervas ele usa ou recomenda, ele listou um certo número de plantas cultivadas ou nativas, como, por exemplo: o *cabi*, o *mucuracaá*, o *alho do mato*. Quanto perguntado para que serve o *mucuracaá*, seu Raimundo informou que: “o *Mucurucaá* é pra banho, pra espantar o espírito do mal. A pessoa toma o banho aí encosta a Oiara”.

De acordo com seu Raimundo (Entrevista, 2013) o “Oiara é ... ela parece com uma mulher! Sempre nesses portos abandonados. Não tem aquelas, essas cacimbas de olho d’água? É lá que ela aparece! É a mãe do mato chamada”.

Em razão dessa possibilidade do aparecimento da Oiara, ele recomendou que “em todo lugar que a gente chega a gente tem que pedir licença: oh minha vó! Porque tudo é neto, somos tudo neto dela! “Oh minha vó, me dê licença de passar por aqui?!” (Raimundo, Entrevista, 2013). Ao cumprir com esse riyual, pode-se passar pelos lugares “respeitado”, que não se é nunca perturbado por nada.

Seu Raimundo fez uma série de recomendações quanto ao uso de ervas, cipós e plan-

tas medicinais e de curas espirituais, que ele denominou de “remédios caseiros”, como a sucúuba, o mucuracaá.

Trata-se de diferentes práticas em saúde, que incluem desde o preparo de banhos, infusão, xaropes, emplastos, chás com as mais diferentes indicações. Assim, o cultivo de plantas medicinais, a coleta de ervas nativas, o preparo das “receitas” de remédio caseiro, a prática de benzer ou emplastar, configuram-se como um saber prático do cotidiano, um conhecimento tradicional que tem sido repassado por meio de experiências ou da oralidade, de geração para geração, embora atualmente existam aqueles que recorrem aos medicamentos industrializados, disponíveis em pequenos estabelecimentos comerciais (tabernas).

Referências

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRANDÃO, Carlos R. **A questão política da educação popular**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A educação como cultura**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL, MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)**. Tratado da Organização das Nações Unidas. Brasília/DF: MMA, 2000.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DINIZ, Francisco Perpetuo S. **Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.

GUARIM, V. L. M. S. **Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais**. In: III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 2000, Corumbá. **Anais do III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal**, 2000.

LINHARES, J. F. P. **Populações Tradicionais da Amazônia e Territórios de Biodiversidade**. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, p. 113-124, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Gustavo da Costa. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação**. **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol. VI. nº 2 jul/dez. 2003.

MAZZETTO, Carlos E. Silva. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. **Revista do Departamento de Geografia e do programa de Pós graduação em Geografia IGC-UFMG**, v. 3, p. 46-63, 2007.

SILVA, Maria das Graças da et al. Saberes e práticas educativas ambientais como princípios basilares da construção da sustentabilidade no Assentamento agroextrativista Igarapé Grande/Ilha de João Pilatos. In ABREU, Waldir F. de; Oliveira, Damião Bezerra; SILVA, Érbio dos Santos. **Educação Ribeirinha: saberes, vivências e formação no campo**. 2 ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013.

SILVA, Maria das Graças da. e TAVARES, Maria Goretti da Costa. Saberes Locais e Manejo Sustentável dos Recursos da Floresta. **III Encontro das ANPPAS**. Brasília-DF. 23 a 26 de maio de 2006.

SILVA, Maria das Graças da. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. Belém, **Revista Cocar**, v. 1, n. 1, p. 47-57, 2007.

_____. Meio ambiente: múltiplos saberes e usos. In OLIVEIRA, I. A. de. (Org.) **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém: CCSE/UEPA, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3 ed. São Paulo Hucitec, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto/PT: Edições Afrontamento, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. in: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro. Quartet, 2007.

THOMPSON, E.P. **Costume em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rousaura Eicheberg, 3. Reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

Sobre a autora

Pós-Doutora em Sociologia Ambiental do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS-UL. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Professora Adjunta IV da UEPA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – mestrado, da Universidade do Estado do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente – GRUPEMA. E-mail: magrass@gmail.com.

Recebido em: 01/12/2014

Aceito para publicação em: 20/12/2014